

Sumário

Capítulo 1

NOÇÕES PRELIMINARES	25
Ronny Charles	
1. Breve histórico sobre o Estado – do modelo liberal aos tempos atuais.....	25
2. O Estado e suas funções.....	29
2.1. Funções estatais clássicas	29
2.2. Funções essenciais à Justiça.....	30
2.3. A função administrativa. Critérios de identificação e espécies	31
3. Administração pública e direito administrativo	32
3.1. Fontes do direito administrativo.....	34
3.2. Sistemas administrativos.....	35
4. Reforma Administrativa	36
4.1. Introdução	36
4.2. Principais alterações	37
4.2.1. Servidor público.....	38
4.2.2. Contratos de gestão.....	38
4.2.3. Agências executivas	38
4.2.4. Agências reguladoras.....	38
4.2.5. Terceiro setor.....	38
4.2.6. Gestão pública e serviços públicos	39
4.3. Formas de administração pública	42
5. Tendências no direito administrativo brasileiro	44
5.1. Princípio da legalidade.....	44
5.2. Controle social e democracia participativa	45
5.3. Interesse público x interesse privado	45
5.4. Processualização do direito administrativo.....	46
5.5. Crise da noção de serviço público.....	46
5.6. “Agencificação”, com outorga de função regulatória	47
5.7. Princípio da subsidiariedade	47
5.8. Relativização das regras de direito público em algumas contratações administrativas	48
5.9. Formas consensuais como instrumento de resolução de problemas da Administração	49
5.10. Administração dialógica	50
5.11. Contrato de desempenho	50
5.12. Modernização das relações estatutárias.....	51
5.12.1. Programa de Gestão e Desempenho – PGD (Decreto federal nº11.072/2022).....	51

5.13. Consequencialismo administrativo e decisões públicas responsáveis.....	52
5.14. Administração pública baseada em evidências	53
5.15. Governança pública, integridade e gestão de riscos	53
5.16. Administração pública digital e uso responsável de tecnologias.....	53

Capítulo 2

O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO..... 55

Ronny Charles

1. Introdução.....	55
2. Conteúdo do regime jurídico-administrativo.....	56
2.1. Interesse público primário e interesse público secundário	57
3. Princípios da administração pública	58
3.1. Princípios constitucionais expressos.....	58
3.1.1. Princípio da legalidade.....	59
3.1.2. Princípio da impessoalidade	62
3.1.3. Princípio da moralidade	64
3.1.4. Princípio da publicidade.....	66
3.1.5. Princípio da eficiência.....	72
3.2. Outros princípios	73
3.2.1. Razoabilidade e proporcionalidade.....	73
3.2.2. Autotutela.....	74
3.2.3. Presunção de legitimidade	76
3.2.4. Motivação.....	76
3.2.5. Segurança jurídica.....	76
3.2.6. Contraditório e ampla defesa	78
3.2.7. Igualdade	79
3.2.8. Finalidade pública	80

Capítulo 3

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 83

Fernando Baltar

1. Introdução.....	83
2. Órgãos públicos	84
3. Autarquias.....	86
3.1. Conceito	86
3.2. Características	87
3.3. Criação.....	87
3.4. Prerrogativas	89
3.5. Capacidade de autoadministração	89
3.6. Controle finalístico, tutela ou vinculação.....	90
3.7. Regime jurídico dos servidores.....	91
3.8. Autarquias corporativas	92
3.9. Foro das autarquias	94
4. Agências reguladoras	94
4.1. Origem.....	94

4.2. Características	95
4.3. Regime de pessoal	97
4.4. Da interação e articulação das agências reguladoras	97
4.4.1. Função regulatória	98
4.4.2. Autorregulação	101
5. Fundação pública	101
5.1. Conceito	101
5.2. Personalidade jurídica das fundações públicas	102
5.3. Prerrogativas	103
5.4. Fiscalização pelo Ministério Público	104
6. Agências executivas	104
6.1. Conceito	104
6.2. Requisitos para qualificação	105
6.3. Contratação direta em razão do pequeno valor	106
7. Empresas estatais	106
7.1. Conceito	106
7.2. Criação	106
7.3. Regime jurídico	107
7.4. Nomeação dos dirigentes	112
7.5. Falência das empresas públicas e sociedades de economia mista	112
7.6. Empresa pública	113
7.7. Sociedade de economia mista	114
8. Consórcio público	115
8.1. Introdução	115
8.2. Requisitos	116
8.3. Prerrogativas	117
8.4. Retirada do consórcio público	118
8.5. Contrato de programa	118
8.6. Contrato de rateio	118
9. Contrato de desempenho	119
10. Súmulas do STF	120
11. Súmulas do STJ	121

Capítulo 4

ENTES DE COOPERAÇÃO..... 123

Ronny Charles

1. Introdução	123
2. Serviços Sociais Autônomos	125
3. Entidades de apoio	128
3.1. Entidades de apoio e contratações com recursos públicos	130
4. O Terceiro Setor	131
4.1. Terceiro Setor e entidades fechadas	134
4.2. O marco legal do Terceiro Setor no Brasil	135
4.2.1. Certificado de Utilidade Pública Federal (UPF)	137

4.2.2.	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)	138
4.2.3.	Organização Social (OS).....	140
4.2.3.1.	Decreto federal nº 9.190/2017	145
4.2.4.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	149
4.2.5.	Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).....	154
4.3.	A Lei 13.019 e as parcerias com Organizações da Sociedade Civil.....	157
4.3.1.	Dos instrumentos de parceria	158
4.3.2.	Do chamamento público	159
4.3.3.	Exceções ao chamamento público.....	161
4.3.4.	Das vedações	162
4.3.5.	Outras nuances.....	164
4.4.	Fundos patrimoniais (<i>endowments</i>) e a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019.....	165
4.4.1.	Fundos patrimoniais (<i>endowments</i>).....	165
4.4.2.	A Lei nº 13.800/2019 e o regime jurídico dos fundos patrimoniais.....	166
4.4.3.	Das receitas dos fundos patrimoniais e da utilização dos recursos.....	168
4.4.4.	Da formalização do instrumento de parceria e do termo de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público	169
4.4.5.	Da aplicação de recursos dos fundos patrimoniais e execução de despesas	169
4.4.6.	Do descumprimento do termo de execução e do encerramento do instrumento de parceria.....	170
5.	A prestação de serviços não exclusivos pelo terceiro setor	171
6.	O quarto setor	172

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS..... 175

Fernando Baltar

1.	Introdução.....	175
2.	Conceito	175
3.	Requisitos do ato administrativo	177
3.1.	Competência	178
3.2.	Finalidade	181
3.3.	Forma	182
3.4.	Motivo	183
3.5.	Objeto ou conteúdo	187
4.	Mérito administrativo	187
5.	Atributos do ato administrativo	188
5.1.	Presunção de legitimidade.....	188
5.2.	Imperatividade	188
5.3.	Exigibilidade.....	189
5.4.	Autoexecutoriedade	189
5.5.	Tipicidade.....	190
6.	Classificação dos atos administrativos	190
6.1.	Atos gerais e individuais	190

6.1.1.	Atos gerais.....	190
6.1.2.	Atos individuais.....	190
6.2.	Atos de império, de gestão e de expediente.....	191
6.2.1.	Atos de império	191
6.2.2.	Atos de gestão	191
6.2.3.	Atos de expediente.....	191
6.3.	Atos vinculados e discricionários.....	192
6.3.1.	Atos vinculados	192
6.3.2.	Atos discricionários.....	192
6.4.	Atos simples, complexos e compostos.....	193
6.4.1.	Atos simples	193
6.4.2.	Atos complexos	194
6.4.3.	Atos compostos.....	194
6.5.	Ato perfeito, válido, eficaz e exequível	195
6.5.1.	Ato perfeito.....	195
6.5.2.	Ato válido	195
6.5.3.	Ato eficaz.....	195
6.5.4.	Ato exequível	196
6.6.	Atos constitutivos, declaratórios e ablatórios	196
6.6.1.	Atos constitutivos	196
6.6.2.	Atos declaratórios.....	196
6.6.3.	Atos ablatórios ou ablativos.....	197
6.7.	Ato nulo, ato anulável, ato inexistente e ato irregular	197
6.7.1.	Ato nulo	197
6.7.2.	Ato anulável	197
6.7.3.	Ato inexistente	200
6.7.4.	Atos irregulares.....	200
7.	Espécies de atos administrativos.....	200
7.1.	Atos normativos.....	200
7.2.	Atos ordinatórios.....	202
7.3.	Atos negociais.....	203
7.4.	Atos enunciativos.....	204
7.5.	Atos punitivos	205
8.	Invalidação dos atos administrativos	206
8.1.	Revogação.....	206
8.2.	Anulação	208
8.2.1.	Cassação.....	212
8.2.2.	Outras formas de invalidação.....	213
9.	Súmulas do STF	213

Capítulo 6

PODERES ADMINISTRATIVOS..... 215

Fernando Baltar

1.	Introdução.....	215
2.	Poder regulamentar	216

3. Poder hierárquico.....	223
4. Poder disciplinar.....	225
5. Poder de polícia	227
5.1. Atributos	230
5.1.1. Discrecionariedade	230
5.1.2. Autoexecutoriedade.....	231
5.1.3. Coercibilidade	232
5.2. Condições de validade ou limites ao Poder de Polícia.....	232
6. Súmulas do STF	234
7. Súmulas do STJ.....	234

Capítulo 7

AGENTES PÚBLICOS 235

Fernando Baltar

1. Conceito	235
2. Classificação.....	236
2.1. Agentes políticos.....	236
2.2. Servidores públicos	237
2.2.1. Servidores estatutários.....	237
2.2.2. Empregados públicos.....	238
2.2.3. Servidores temporários.....	239
2.3. Militares	241
2.4. Particulares em colaboração com o Poder Público	241
2.4.1. Por delegação do Poder Público	242
2.4.2. Por requisição, nomeação ou designação	242
2.4.3. Gestores de negócios.....	242
3. Cargos, empregos e funções públicas	242
4. Regime jurídico do servidor.....	244
5. Condições de ingresso	246
6. Provimento e Vacância	258
6.1. Provimento	258
6.1.1. Tipos de provimento.....	258
6.1.2. Formas de provimento	258
6.2. Vacância	261
7. Remuneração dos servidores	262
8. Responsabilidade dos servidores.....	264
8.1. Responsabilidade civil.....	264
8.2. Responsabilidade administrativa.....	266
8.3. Responsabilidade penal.....	267
9. Abuso de autoridade.....	268
9.1. Sujeitos do crime.....	268
9.2. Efeitos da condenação	268
9.3. Das sanções de natureza civil e administrativa	268
10. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	269
11. Estabilidade, vitaliciedade e estágio probatório	271

11.1. Estabilidade	271
11.2. Vitaliciedade	275
11.3. Estágio probatório	275
12. Regime especial de previdência do servidor	277
12.1. Beneficiários do regime especial	277
12.2. Requisitos para aposentadoria voluntária	278
12.3. Aposentadoria por incapacidade permanente	279
12.4. Pensão por morte	280
12.5. Contribuição do aposentado e pensionista	282
12.6. Abono de permanência	282
12.7. Aposentadoria compulsória	283
12.8. Regime complementar oficial de previdência	283
12.9. Regras de transição	285
13. Súmulas do STF	286
14. Súmulas do STJ	288
15. Súmulas do TCU	289

Capítulo 8

LICITAÇÕES PÚBLICAS 291

Ronny Charles

1. Conceito e fundamentos constitucionais	291
2. A Legislação licitatória e a nova lei de licitações	293
3. Objeto da licitação	296
3.1. Margem de preferência na Lei nº 14.133/2021	299
3.2. Dos agentes públicos nas contratações públicas	300
3.2.1. Da designação (Art. 7º)	300
3.2.2. Condução da licitação (Art. 8º)	301
3.2.3. Vedações aos agentes públicos (Art. 9º)	302
3.2.4. Defesa de agentes públicos (Art. 10)	302
4. Destinatários das regras licitatórias	302
5. Princípios gerais da licitação	305
6. Contratação direta – exceções legais ao dever de licitar	305
6.1. Dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021	306
6.2. Inexigibilidade de licitação	316
6.2.1. Inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021	316
6.3. Inexigibilidade e rol exemplificativo	320
6.4. Do processo de contratação direta	320
6.4.1. Dispensa eletrônica	321
7. Modalidades de licitação	322
7.1. Modalidades anômalas de seleção	327
8. Sistema de registro de preços	327
8.1. Características do SRP	328
8.2. Ata de registro de preços	328
8.3. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante (carona)	329
8.4. SRP contratações diretas	332

8.5. Intenção de Registro de Preços (IRP).....	332
9. Critérios de julgamento	333
10. Fase preparatória da licitação	334
10.1. Fase preparatória (interna)	334
10.1.1. Análise jurídica na Lei nº 14.133/2021	335
10.1.2. Manifestações jurídicas referenciais	336
10.1.3. Responsabilização do parecerista jurídico	337
10.1.4. Estimativa de custos na Lei nº 14.133/2021.....	339
10.2. Fase externa	341
10.2.1. Publicação do instrumento convocatório na Lei nº 14.133/2021	341
10.2.2. Habilitação na Lei nº 14.133/2021	342
10.2.3. Classificação das propostas	346
10.2.4. Desempate de propostas na Lei nº 14.133/2021.....	347
10.2.5. Adjudicação e homologação.....	348
10.2.6. Repercussões da Lei Complementar nº 225/2026	350
10.3. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na Lei nº 14.133/2021	350
10.4. Instrumentos auxiliares	351
10.5. Instrução normativa SEGES/MGI nº 52/2025 e o projeto contrata + Brasil	354
11. Anulação e revogação da licitação	356
12. Licitação e contratação de serviço de publicidade.....	356
13. Licitações para microempresas e empresas de pequeno porte	359
14. Licitações para as Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016)	365
14.1. Da não observância das regras licitatórias	366
14.2. Das licitações dispensáveis.....	367
14.3. Da inexigibilidade de licitação	368
14.4. Disposições diversas sobre as licitações.....	369
14.4.1. Inexistência de modalidades estáticas	369
14.4.2. Caráter sigiloso do orçamento	369
14.4.3. Inovações para a aquisição.....	369
14.4.4. Regimes de execução	370
14.4.5. Remuneração variável.....	371
14.4.6. Contratações simultâneas.....	371
14.4.7. Das fases	371
14.4.8. Da publicidade	371
14.4.9. Modos de disputa, lances intermediários, reinício da disputa e critérios de desempate.....	372
14.4.10. Critérios de julgamento	373
14.4.11. Da habilitação	374
14.4.12. Dos recursos	375
14.5. Das normas específicas para alienação de bens	375
14.6. Procedimentos auxiliares às licitações das estatais	375
14.7. Dos contratos.....	376
15. Lei 14.981/2024 e medidas excepcionais para contratações públicas destinadas ao enfrentamento de calamidade pública.....	378
15.1 Do regime excepcional	378

15.2	Da fase preparatória.....	379
15.3	Da dispensa de licitação.....	380
15.4	Do sistema de registro de preços.....	380
15.5	Da contratação.....	381
16.	Súmulas do STJ.....	383
17.	Súmulas do TCU.....	383

Capítulo 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		387
1.	Introdução.....	387
1.1.	Contratos administrativos e a ultratividade da Lei nº 8.666/93.....	388
2.	Espécies.....	389
3.	Características.....	390
3.1.	Formalismo.....	390
3.1.1.	Obrigatoriedade do instrumento contratual na Lei nº 14.133/2021.....	390
3.1.2.	Garantias contratuais.....	391
3.2.	Publicidade.....	393
3.3.	Natureza de contrato de adesão.....	394
3.4.	Mutabilidade.....	394
3.5.	Cláusulas de privilégio (exorbitantes).....	395
3.6.	Imposição de ônus especiais.....	396
3.6.1.	Possibilidade de exigência de cota para mulheres vítimas de violência e oriundos ou egressos do sistema prisional, na Lei nº 14.133/2021....	397
3.7.	Contratação de licitante remanescente.....	397
4.	Duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021.....	398
5.	Alterações contratuais.....	401
5.1.	Aditivo e apostila.....	405
5.2.	Revisão econômica do contrato.....	405
5.3.	Da alocação de riscos (matriz de riscos).....	408
6.	Execução do contrato.....	408
6.1.	Fiscalização do contrato.....	409
6.2.	Responsabilidade do contratado.....	410
6.3.	Encargos trabalhistas e responsabilidade subsidiária.....	411
6.3.1.	Garantias trabalhistas em contratos administrativos e o Decreto federal nº 12.174/2024.....	414
6.4.	Subcontratação.....	415
6.5.	Recebimento provisório e recebimento definitivo.....	416
6.6.	Lei nº 14.133/2021 e meios alternativos de resolução de controvérsias.....	416
6.7.	Mediação e autocomposição de conflitos, no âmbito da administração pública.....	417
6.7.1.	Regras gerais (válidas para todos os entes).....	418
6.7.2.	Regras específicas (válidas para a Administração federal).....	419
6.8.	Da ordem cronológica de pagamentos.....	421
7.	Da extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021.....	421
8.	Convênios e instrumentos congêneres.....	425

8.1. Instrumentos convenientes e o Decreto Federal nº 11.531/2023	426
8.1.1. Vedações	427
8.1.2. Condições essenciais para a celebração	429
8.1.3. Do subconvenimento	429
8.1.4. Da titularidade dos bens remanescentes	429
8.1.5. Da movimentação financeira	429
8.1.6. Da tomada de contas especial	430
8.1.7. Das cooperações sem transferências de recursos ou de bens materiais	430
8.2. Termo de execução descentralizada.....	431
9. Consórcios públicos	431
10. Sanções administrativas	431
10.1. TCU e sanção de inidoneidade.....	434
10.2. Desconsideração da personalidade jurídica	435
11. Súmulas do STF	436
12. Súmulas do TCU.....	436

Capítulo 10

SERVIÇOS PÚBLICOS 439

Ronny Charles

1. Introdução.....	439
2. Conceito e elementos.....	440
3. Princípios	441
4. Classificação.....	446
5. Remuneração	448
6. Prestação e execução dos serviços públicos.....	450
6.1. Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos .	451
6.1.1. Carta de serviços	453
6.1.2. Medidas de desburocratização da tramitação processual	454
6.1.3. Ratificação da dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país.....	455
6.1.4. Da solicitação de simplificação.....	456
6.1.5. Das sanções pelo descumprimento.....	456
6.1.6. Vigência	457
7. Delegação do serviço público	457
7.1. Concessão de serviço público	459
7.2. Permissão de serviço público	462
7.3. Autorização de serviço público.....	464
8. Dos contratos de concessão de serviço público	464
8.1. Dos contratos de concessões comuns	465
8.2. Dos contratos de concessões especiais (parceria público-privada)	474
8.3. Do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)	481
8.3.1. Da prorrogação e da relicitação	483
8.4. Do fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas	488

8.5. Do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	489
8.6. Da arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário	490
8.6.1. Da convenção de arbitragem (da cláusula compromissória e do compromisso arbitrário)	492
8.6.2. Do credenciamento e da escolha da câmara arbitral	492
8.6.3. Da escolha dos árbitros	493
8.6.4. Da representação da administração pública federal direta e indireta	493
9. Súmulas do STF	493
10. Súmulas do STJ	494

Capítulo 11

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 495

Fernando Baltar

1. Conceito	495
2. Evolução do tema	495
2.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	496
2.2. Teoria da responsabilidade com culpa	496
2.3. Teoria da culpa administrativa	497
2.4. Teoria do risco administrativo	499
2.5. Teoria da responsabilidade integral	499
3. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	500
3.1. Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público	501
3.2. Responsabilidade dos notários	501
3.3. Responsabilidade por danos decorrentes de atividades nucleares	502
4. Requisitos para demonstração da responsabilidade estatal	503
5. Posicionamento do STF acerca do nexo de causalidade	505
6. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	506
6.1. Força maior	506
6.2. Caso fortuito	506
6.3. Atos de terceiros	507
6.4. Culpa exclusiva da vítima	507
7. Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de sua omissão	508
8. Responsabilidade primária e subsidiária	509
9. Responsabilidade do estado por atos legislativos	511
10. Responsabilidade do estado por atos judiciais	513
11. Prescrição	514
12. Sujeito passivo da lide	515
13. Responsabilidade do estado por danos causados por atos terroristas	516
14. Responsabilidade do estado pela “perda de uma chance”	518
15. Responsabilidade administrativa ambiental	518
16. Responsabilidade civil do estado relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19	520

Capítulo 12**BENS PÚBLICOS..... 523****Fernando Baltar**

1. Introdução.....	523
1.1. Bens das empresas públicas e sociedades de economia mista	525
2. Classificação.....	526
2.1. Bens de uso comum do povo	526
2.2. Bens de uso especial.....	526
2.2.1. Afetação e desafetação dos bens de uso comum e especial	527
2.3. Bens dominiais.....	529
3. Uso de bem público por administrado.....	530
3.1. Instrumentos estatais de outorga de títulos jurídicos para uso de bens públicos por particulares.....	531
3.1.1. Autorização de uso	531
3.1.2. Permissão de uso	531
3.1.3. Concessão de uso	532
3.1.4. Concessão de direito real de uso	533
3.2. Instrumentos privados de outorga de títulos jurídicos para uso exclusivo de bens públicos por particulares	533
3.2.1. Locação.....	534
3.2.2. Enfitese dos terrenos de marinha.....	535
4. Transferência de bens públicos entre entidades e órgãos públicos	536
4.1. Cessão de uso	536
5. Bens públicos em espécie.....	537
5.1. Terras devolutas	537
5.2. Terrenos de marinha	537
5.3. Terrenos reservados.....	538
5.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	538
5.5. Plataforma continental	538
5.6. Rios	539
5.7. Faixa de fronteira	539
5.8. Ilhas.....	539
6. Súmulas do STF	540
7. Súmula do STJ.....	540

Capítulo 13**INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 541****Fernando Baltar**

1. Introdução ao tema.....	541
2. Atuação regulatória	542
2.1. Repressão ao abuso do poder econômico.....	542
2.2. Controle de abastecimento e tabelamento de preços	544
3. Intervenção pela exploração direta de atividade econômica ou intervenção participativa	544
3.1. Monopólio.....	545

Capítulo 14**PROCESSO ADMINISTRATIVO 547****Ronny Charles**

1. Introdução.....	547
2. Princípios	548
2.1. Motivação	548
2.2. Contraditório e ampla defesa.....	549
2.3. Oficialidade	550
2.4. Gratuidade	551
2.5. Pluralidade de instâncias.....	551
2.6. Segurança jurídica	551
3. Direitos e deveres dos administrados.....	554
3.1. Dos interessados	555
4. Da competência	556
4.1. Da delegação e da avocação	556
4.2. Do impedimento e da suspeição	558
5. Peculiaridades do processo administrativo	559
5.1. Dos atos processuais.....	559
5.2. Das intimações.....	560
5.3. Das provas.....	561
5.4. Dos pareceres e dos laudos técnicos	561
5.5. Da decisão	562
5.6. Da tramitação prioritária	563
5.7. Dos prazos	563
6. Do recurso administrativo, da coisa julgada administrativa e da revisão	564
7. Prescrição administrativa	566
7.1. Preclusão	568
7.2. Prescrição (preclusão) intercorrente	569
8. Processo administrativo e súmula vinculante	569
9. Do processo administrativo disciplinar.....	570
9.1. Espécies de processo disciplinar.....	570
9.2. Penalidades disciplinares.....	573
9.3. Fases do processo disciplinar	575
9.4. “Prescrição” da ação disciplinar.....	580
10. Decreto nº 10.153 e as salvaguardas aos denunciantes de ilícitos na Administração	582
11. Súmulas do STF	584
12. Súmulas do STJ	585
13. Enunciados CGU.....	586

Capítulo 15**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 589****Ronny Charles**

1. Introdução.....	589
2. Competência legislativa.....	590
3. Elementos	590

3.1. Sujeito passivo.....	591
3.2. Sujeito ativo.....	591
3.3. Atos de improbidade.....	595
3.4. Elemento subjetivo.....	600
4. Das sanções.....	603
4.1. Indisponibilidade de bens.....	603
4.2. Ressarcimento ao erário.....	605
4.3. Suspensão dos direitos políticos.....	605
4.4. Perda da função pública.....	606
4.5. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente.....	608
4.6. Multa civil.....	608
4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	608
4.8. Reparação por ato de improbidade e o sucessor ou herdeiro.....	610
4.9. Da graduação das sanções.....	610
5. Da declaração de bens.....	611
6. Dos processos administrativo e judicial.....	612
6.1. Da desconsideração da pessoa jurídica.....	619
6.2. Da defesa pelo órgão de assessoramento jurídico.....	620
6.3. Acordo de não persecução civil.....	621
6.4. Da prescrição.....	622
6.5. Outras nuances.....	624
7. Da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013).....	624
7.1. Introdução.....	624
7.2. Dos atos lesivos à administração pública.....	626
7.3. Da responsabilização administrativa.....	627
7.4. Da responsabilização judicial.....	629
7.5. Do acordo de leniência.....	630
7.6. Da prescrição.....	632

Capítulo 16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 633

Fernando Baltar

1. Introdução.....	633
2. Classificação.....	633
2.1. Conforme o momento a ser exercido.....	633
2.1.1. Controle prévio, preventivo ou <i>a priori</i>	633
2.1.2. Controle concomitante ou sucessivo.....	634
2.1.3. Controle subsequente, corretivo <i>a posteriori</i>	634
2.2. Conforme a amplitude.....	634
2.2.1. Controle hierárquico.....	634
2.2.2. Controle finalístico, tutela ou supervisão ministerial.....	634
2.3. Conforme origem.....	634
2.3.1. Controle interno.....	634

2.3.2. Controle externo	635
2.3.2.1. Controle externo popular	635
2.3.2.1.1. Ação popular	636
2.3.2.1.2. Mandado de segurança	636
3. Controle exercido pela própria administração	639
3.1. Recursos administrativos	640
3.1.1. Legitimidade e prazos para impetração dos recursos administrativos	640
3.1.2. Efeitos.....	640
3.1.3. Fundamento	641
3.1.4. Encaminhamento e forma dos recursos administrativos	642
3.1.5. Efeitos da decisão revisora	642
3.1.6. Não conhecimento do recurso	643
3.1.7. Espécies de recursos administrativos.....	644
3.1.7.1. Representação	644
3.1.7.2. Reclamação	644
3.1.7.3. Pedido de reconsideração.....	645
3.1.7.4. Recurso hierárquico próprio	645
3.1.7.5. Recurso hierárquico impróprio	646
3.1.7.6. Revisão	646
4. Controle legislativo.....	647
4.1. Controle político	647
4.2. Controle financeiro e orçamentário.....	648
4.3. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas	651
4.4. Controle dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão	652
5. Controle judicial.....	653
5.1. Súmula vinculante.....	657
6. Inovações trazidas pela lei de introdução às normas do direito brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB)	658

Capítulo 17

INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE 665

Ronny Charles

1. Introdução.....	665
2. Modalidades.....	665
2.1. Limitação administrativa	666
2.2. Servidão administrativa	667
2.3. Ocupação temporária.....	669
2.4. Requisição administrativa	670
2.5. Tombamento	672
2.5.1. Objeto	673
2.5.2. Espécies.....	673
2.5.3. Efeitos.....	674
2.6. Desapropriação	676
2.6.1. Introdução.....	676
2.6.2. Elementos.....	676

2.6.3. Competência	678
2.6.4. Modalidades	678
2.6.5. Desapropriação indireta e desapropriação por zona.....	684
2.6.6. Procedimento.....	685
2.6.7. Imissão provisória na posse.....	688
2.6.8. Direitos do desapropriado	691
3. Súmulas do STF	693
4. Súmulas do STJ	694
REFERÊNCIAS	695